

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: COMO FAZER UM MUSEU

Márcio Tavares dos Santos

Historiador, Diretor do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul, do Memorial do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Para qué recordar?

“Por eso te hablaré de estos dolores que quiseira apartar,/
te obligaré a vivir una vez más entre sus quemaduras,/
no para detenernos como em uma estación, al partir,/
ni tampoco para golpear com la frente la tierra,/
ni tampoco para llenarnos el corazón com água salada,/
sino para caminar conociendo, para tocar la rectitud/
com decisiones infinitamente cargadas de sentido, para que la severidad/
sea uma condición de la alegría,/
para que así seamos invencibles”.

Pablo Neruda

O presente foi invadido pela memória. A partir do final da década de 1970 e do início da década de 1980, houve uma ruptura no modo como a sociedade se relaciona com o tempo. Nesse período, a memória emergiu como uma preocupação cultural e política central no Ocidente. Os discursos de memória sobre eventos traumáticos do século XX – primeiramente sobre o holocausto e, depois disso, sobre outros eventos chocantes, tais como as violações aos direitos humanos ocorridas durante as ditaduras civil-militares do Cone Sul, por exemplo – são efeito tanto do desencanto social com a crença no futuro, típica dos movimentos e das filosofias modernistas, quanto da emergência de um presente hipertrofiado que busca raízes no passado para reconstituir identidades fraturadas pela aceleração dos acontecimentos e pela globalização.

Atualmente, o presente deixou de se constituir em uma ponte entre o passado e o futuro. Tornou-se um espaço dilatado que engloba praticamente tudo, ou seja, houve um encontro daquilo que Reinhart Koselleck chama de “horizonte de expectativa” (que designa todas as expectativas com relação ao futuro) com o “campo de experiência” (que exprime a persistência do passado no presente).¹ Assim, a experiência social de relação com o tempo afasta-se tanto da concepção de *historia magistra vitae*², que estava calcada na repetição mítica do exemplo – do tipo “anões apoiados sobre os ombros de gigantes” –, quanto do futurismo característico da modernidade. A crença no futuro está mais abalada do que nunca, enquanto a percepção sobre o passado tornou-se opaca e fragmentada. Por tais motivos, a relação entre presente e passado transmutou-se em uma relação presente-memória em nosso tempo.

O historiador francês François Hartog afirma que mudamos o nosso “regime de historicidade”. Essa noção é valiosa para entendermos a preponderância dos discursos de memória hoje. Conforme Hartog, “um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem’ do tempo, a qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais frequentemente), querer escapar, procurando elaborar um outro”.³ Nesse sentido, um regime de historicidade trata da relação social com o tempo, mas um regime de historicidade não é algo absoluto, pois a preponderância social de determinado regime não exclui a sua coexistência com outras formas de percepção da temporalidade na sociedade.

O regime de historicidade ora em vigência é o chamado *presentismo*. Provavelmente, os slogans “tudo imediatamente”, “esquecer o futuro” e “no future” que os estudantes de 1968 empunhavam em seus protestos e que marcavam à tinta nos muros das cidades previam a dilatação do espaço reservado ao presente. Desse modo, o horizonte foi invadido por um presente hipertrofiado, exigência de uma sociedade de consumo que, com a velocidade cada dia maior dos acontecimentos e das informações, transforma objetos e pessoas em coisas obsoletas em um piscar de olhos.

O presentismo marca uma ruptura com o privilégio que a modernidade concedia ao futuro no século XIX e no início do século XX. As filosofias e os movimentos modernistas apontavam para a construção de um futuro já pré-orientado e positivamente melhor que o presente e o passado, razão pela qual nutriam certo desprezo pela tradição e pelo passado. O movimento futurista, por exemplo, chegou a instar a queima dos museus, já que a permanência do passado seria o principal motivo que impediria o surgimento de um “homem novo” ou de uma “sociedade nova”.

O regime de historicidade futurista foi duramente abalado pelas imensas catástrofes humanas do século XX, as quais evidenciaram o lado obscuro do racionalismo iluminista. A carnificina nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, o stalinismo e, principalmente, a ascensão do nazismo e a ocorrência do holocausto colocaram em xeque os “futuros presentes” da modernidade e abriram espaço para a emergência dos “passados presentes”⁴, característica dos discursos de memória atuais. No entanto, a hegemonia do futurismo foi solapada, de fato, no rastro do processo de descolonização e da emergência dos novos movimentos sociais – em especial o feminismo, os movimentos pela liberdade de orientação sexual e contra o preconceito étnico – nas décadas de 1960 e 1970, que exigiam a visibilidade de outras histórias e das histórias dos “outros”, algo incompatível com as grandes narrativas que marcaram a modernidade.

A partir do final dos anos 1970, intensificou-se a busca por raízes identitárias de indivíduos, grupos e nações, marcadas pela emergência dos discursos de memória. Nesse período, cresceram as comemorações (1980 foi decretado o Ano Internacional do Patrimônio), assim como a restauração e a conservação substituíram o espaço que a modernização detinha nas políticas urbanas, por exemplo. Toda preocupação pareceu deslocar-se para a preservação das marcas de um passado que parecia desvanecer com rapidez em um presente amplificado. Pierre Nora salienta que “identidade, memória e patrimônio” são “as três palavras-chave da consciência contemporânea, as três faces do novo continente da cultura”.⁵ As comemorações, o tombamento de áreas urbanas, o surgimento de

novos museus e o sucesso contemporâneo das biografias, por exemplo, são formas de oferecer coerência e pontos de apoio para identidades ameaçadas pela aceleração dos acontecimentos e dos fluxos de informação.

Contudo, a difusão mundial da cultura da memória trouxe em seu bojo as mais diversas possibilidades de uso político dos discursos de memória. Segundo Andreas Huyssen, os usos políticos da memória são variados:

[...] indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas (por exemplo: a Sérvia pós-comunista e o populismo hindu na Índia) até as tentativas que estão sendo realizadas na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo.⁶

Pode-se perceber que o processo de formalização da memória socialmente hegemônica, ou da memória oficial, é resultado de um processo de disputa social e cultural sobre os significados do passado. São verdadeiras “batalhas pela memória”, como afirmou Michael Pollak⁷, travadas entre dominantes e marginalizados em uma luta simbólica pela instituição de sua versão do passado, que estabelecem na arena pública quais discursos de memória terão visibilidade e quais discursos serão relegados ao esquecimento ou ao silenciamento. Os maiores embates são fruto, em geral, de processos históricos traumáticos, como o fascismo na Itália, o franquismo na Espanha e as ditaduras civil-militares na América do Sul, por exemplo.

Portanto, a hegemonia de um discurso oficial de memória não significa o extermínio de outros discursos sobre o passado. As memórias que não logram tornar-se parte do discurso oficial, segundo Pollak⁸, passam a ser transmitidas e preservadas em um circuito privado, ou seja, através de redes de sociabilidade afetivas, como os amigos e a família, ou de grupos pequenos, como associações e partidos políticos. Todavia, dependendo da conjuntura política e social do presente, pode surgir um contexto mais favorável para que as memórias subterrâneas reapareçam na arena pública, causando fraturas no discurso oficial de memória e provocando uma alteração na percepção da sociedade sobre os acontecimentos passados.

No Brasil, acompanha-se hoje esse processo com relação aos discursos de memória sobre a ditadura civil-militar. Desde o período da transição para a democracia, os principais atores políticos construíram um processo pactuado em que não havia espaço para uma revisão dos acontecimentos do passado, como as violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado. A Lei de Anistia, aprovada em 1979, é símbolo desse compromisso de construir a democracia através de um apagamento do passado, pois a lei prevê⁹ a anistia tanto dos militantes e resistentes ao arbítrio quanto dos agentes da ditadura e da repressão política. Não obstante, apesar dessa conjuntura pública desfavorável, grupos de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, setores da Igreja e partidos políticos de esquerda, por exemplo, mantiveram suas memórias e travaram uma

luta incansável para que o Estado brasileiro reconhecesse sua responsabilidade com o passado autoritário e abrisse um processo de revisão pública da repressão política durante a ditadura.

A partir de meados da década de 1990, o Brasil passou a adotar algumas políticas que tinham por objetivo reparar e reconhecer a responsabilidade do Estado pelo sofrimento submetido a milhares de brasileiros por parte dos órgãos de repressão política. Todavia, grupos ligados ao período autoritário alegavam com frequência que investigar as violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura faria reabrir “velhas feridas” e que os grupos que lutavam por “memória, verdade e justiça” eram movidos por um sentimento revanchista. Esses artifícios transformaram em um processo moroso a criação de políticas de memória que objetivassem dar conta dos eventos ocorridos durante a ditadura civil-militar. Somente em 2011 o país instituiu uma Comissão Nacional da Verdade a fim de investigar as violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, e a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei de Acesso à Informação que desclassifica o conjunto da documentação da repressão política.

O exemplo mencionado permite-nos entrever a amplitude da memória nas disputas políticas contemporâneas. Portanto, um museu, um arquivo ou um monumento interferirá, em maior ou menor medida, nos embates sociais pela instituição pública de determinado discurso de memória. Desse modo, os responsáveis pela criação ou pela manutenção de um centro cultural de memória devem tentar entender como atuam os mecanismos instituintes dos discursos públicos de memória, ou seja, um memorial não deve ser erigido somente a partir de boas intenções frente aos traumas sociais criados pelos acontecimentos passados, mas sim, a partir do conhecimento da importância das memórias individuais e coletivas na formação das identidades, elaborar estratégias e metodologias que visem a produzir conhecimento e reflexão sobre os discursos memorialísticos.

Os museus são um produto do iluminismo, fundado na ideia de que, através de seu acervo e de suas coleções, seria possível dispor de um conhecimento totalizante do mundo. Junto com as universidades, formavam a linha de frente da vanguarda do conhecimento e de sua disseminação. Contudo, os museus surgiram com uma concepção diversa da universidade – até o século XX destinada para poucos: eles são constituídos por um princípio inclusivo, pois estão abertos ao público. Por isso, embora tragam em si uma raiz democratizante do conhecimento, os museus também possuem – como todo projeto iluminista – um viés autoritário, na medida em que, ao desejar um conhecimento totalizante do mundo, pretendem determinar o que é conhecimento.

Na contemporaneidade, porém, não há espaço para que uma instituição assuma sozinha o papel de guarda e divulgadora exclusiva do conhecimento. Nessa perspectiva, os museus tornaram-se mais um elemento do emaranhado de vias que formam as redes de conhecimento. Tornou-se imperativo democratizar o museu: mais do que abrir suas portas para muitos, é preciso abrir seus acervos e coleções para as interpretações de muitos. Segundo Victoria Dickenson: “a forma social do museu como um depósito respeitado, um mantenedor honesto e aberto a todos, pode ser agora reformada para atingir sua própria premissa original de inclusão [...]”¹⁰

No que se refere aos museus históricos e memoriais, é imperativo que se desvie o olhar dos *grandes* marcos históricos e dos *grandes* personagens que organizaram, ao longo da modernidade,

as grandes narrativas centradas no mundo ocidental. Tornou-se urgente a elaboração de novas estratégias e metodologias que pretendam dessacralizar a história e os acervos museológicos, pois somente despidos de sua aura intocável é que se permitirão novas interpretações e questionamentos sobre a produção museológica. Então, uma boa curadoria nas áreas de história e memória, deve privilegiar o humano ao suposto heroísmo, deve elaborar mais sobre os eventos do cotidiano e sobre aquilo que é comum à maioria do que sobre o que é considerado extraordinário, visto que, assim, a narrativa histórica construída no museu deixará definitivamente de servir à glorificação dos poderosos e do Estado e passará a se aproximar dos anseios de uma comunidade que tem no museu mais um espaço para conhecer, refletir e questionar o mundo.

Por isso, é necessário abrir as portas do museu cada dia mais para a sociedade, pois o progresso institucional de um equipamento cultural de memória depende da apropriação livre e crítica de seu conteúdo e de seus acervos pela cidadania. Em outras palavras, deve ser um local de encontro, de ludicidade, mas, sobretudo, um espaço para a produção e a difusão livre do conhecimento. Deve ser um espaço para que o cidadão possa “educar-se” na perspectiva de Paulo Freire, estando disposto a “educar-se” com todos os que a ele recorrem.

Trabalhamos para a instituição do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul (MDHM), um espaço cultural de caráter transnacional que objetiva demonstrar o compromisso dos países do bloco com a democracia e com os direitos humanos. Esse novo espaço cultural de memória terá o objetivo de evidenciar que os direitos humanos são um uma construção histórica, oriunda da luta social, e que sua manutenção como um projeto coletivo depende do fato de que a sociedade tome o conceito para si. Desse modo, pretendemos apresentar histórias e memórias que corporifiquem as violações aos direitos humanos originadas pela Operação Condor – a coordenação dos aparatos repressivos das ditaduras do Cone Sul –, bem como abrir espaço para as histórias de mulheres, negros, indígenas, da comunidade LGBT que, a partir da democratização da região, tiveram um novo espaço para lutar por seus direitos.

Para realizar um trabalho desta magnitude, é necessário que se desenvolva um projeto curatorial de excelência e um projeto educativo capaz de cativar as novas gerações para a valorização dos direitos humanos. O objetivo do programa de exposições a ser executado no MDHM é o de oferecer, através de expressões artísticas justapostas com a documentação histórica, um novo suporte narrativo para os debates sobre história e memória no Museu. Desta forma, a intenção é gerar no visitante um impacto sensorial que aguace o desejo de buscar outros dados sobre os eventos o passado. Em um momento em que a informação está a distância de um clique na internet, a função das instituições museológicas transita da necessidade de transmitir “o” conhecimento para transformar-se num espaço de compartilhamento de expressividades, sensações e de produção de empatia entre o que está exposto e narrado e a comunidade que recorre ao Museu. Assim, não se trata de abandonar a pretensão de produção de conhecimento que sempre existe quando se desenvolve uma exposição, mas encarar a impossibilidade epistemológica de uma exposição abordar todos os exemplos que ilustram um conceito não como um aspecto negativo, mas de considerar a potencialidade existente nas lacunas das narrativas para a construção de um novo

horizonte de possibilidades e sensações entre as obras e documentos expostos e as experiências dos visitantes.

Um programa de exposições com um desenvolvimento conceitual de excelência, tanto intelectual, quanto material, deve ser acompanhado pelo desenvolvimento de um programa educativo tão amplo quanto. A tarefa pedagógica de um museu não está encerrada em monitorias e visitas guiadas, elas são um dado fundamental para, principalmente para um público escolar, realizar uma mediação entre a exposição e o público e contribuir na formação de sentido, propondo mecanismos que facilitem a compreensão do que está sendo mostrado. Todavia, a área educativa avança para um programa para além das exposições. Nas oficinas, debates, seminários e rodas de conversa desenvolvidos em conjunto com as exposições é que a funcionalidade educativa e formativa do Museu se completa, pois assim pode-se ativar dispositivos que contribuam para firmar na comunidade percepções aprofundadas acerca dos temas em discussão pela instituição.

Construímos a ideia do MDHM a partir de uma perspectiva descolonial¹¹ da história de nossos países, de um sentido da necessidade da descolonialidade dos saberes e de uma necessária descolonização das subjetividades. Na América Latina, tratar dos direitos humanos requer uma abordagem de fundo sobre o histórico de exploração econômica e social do continente, somada a um exercício da dominação que impôs a colonização dos corpos e das subjetividades, os quais são igualmente motores do autoritarismo, do preconceito étnico, de gênero e da homofobia em nossos países. Este é um posicionamento central para que, em consonância com a afirmação de Jacques Le Goff, a memória coletiva e a história não sejam instrumentos de escravidão dos homens e das mulheres, mas de sua libertação.¹²

1 Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006).

2 Em latim, "história mestra da vida".

3 François Hartog, *O tempo desorientado: tempo e história. "Como escrever a história da França?"*. Porto Alegre: Anos 90, n. 7 (Julho de 1997), 8.

4 Expressões retiradas da obra: Andreas HYUSSEN, *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* (Rio de Janeiro: Aeroplano), 2000.

5 Pierre Nora, *Les lieux de mémoire* (Paris: Gallimard, 1992, p. 1010).

6 Andreas Huysen, Op. cit., 16.

7 Michael Pollak, "Memória, esquecimento, silêncio", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3.

8 *Idem.*

9 Segundo o Superior Tribunal Federal, a Lei de Anistia segue em vigência no país até hoje.

10 Victoria Dickenon, "Reformando o museu: raízes e ramificações", in Luís Marcelo MENDES, (org.). *Reprograme* (Rio de Janeiro: Catarse, 2012), 77.

11 Walter Mignolo, Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade **em** política. *Cadernos de Letras UFF*, Rio de Janeiro, n. 34 (2008), 287-324,

12 Jacques Le Goff, *História e memória*. Vol. 2. Lisboa: Edições 70, **2010**, p. 96.